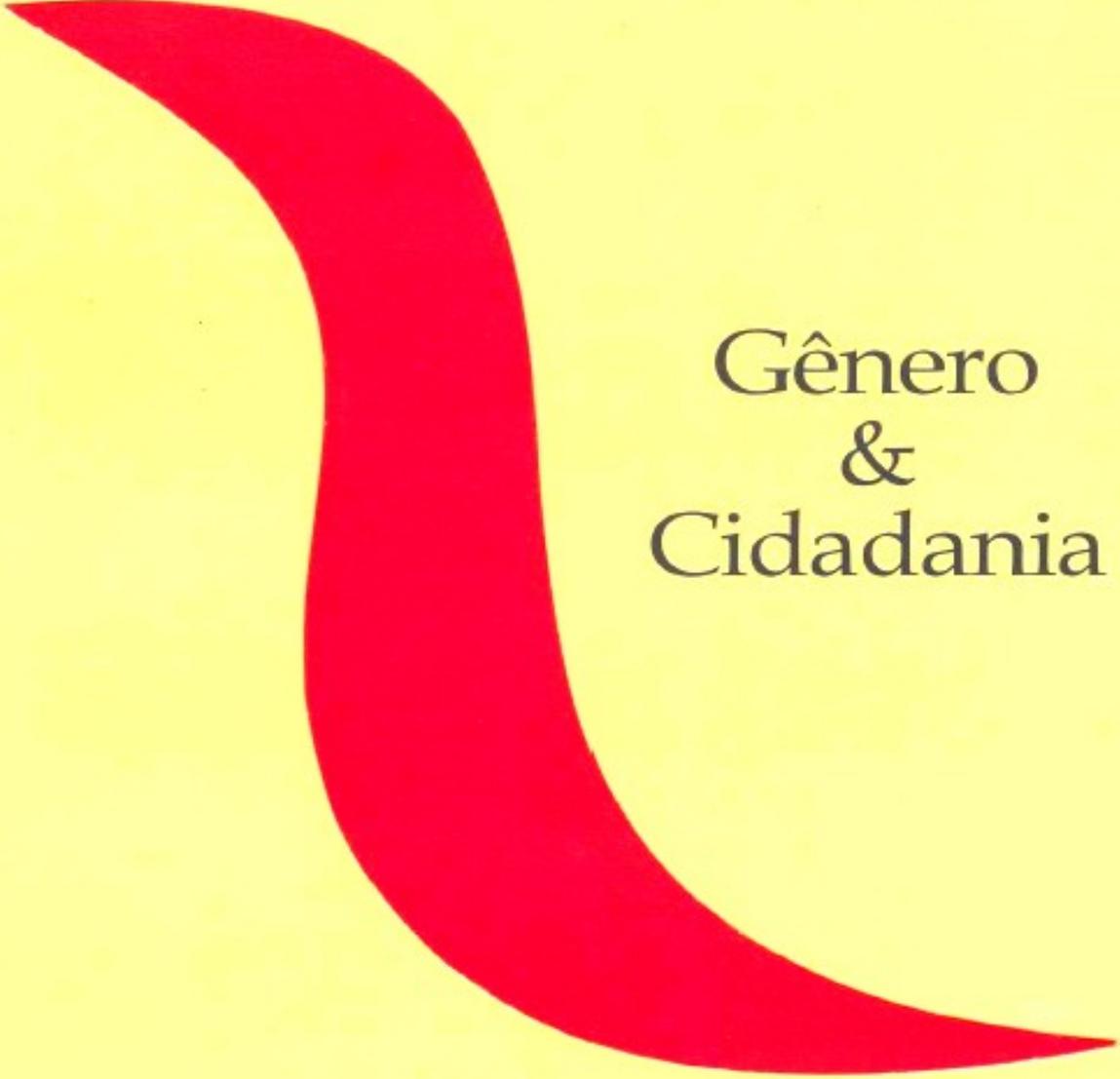


Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP



Gênero
&
Cidadania

Mariza Corrêa, organizadora

Coleção Encontros

Copyright - © 2002 - Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - Unicamp

Ficha catalográfica

Corrêa, Mariza *et alii*
Gênero & Cidadania. Campinas-SP, Pagu/Núcleo
de Estudos de Gênero -Unicamp, 2002.

ISBN 85-88935-01-5

Coleção Encontros

Palavras-Chave: Gênero, Violência, Cidadania, Justiça,
Delegacias de Mulher, Políticas de Segurança.

2002

A total ou parcial reprodução deve indicar a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados ao Pagu/Núcleo
de Estudos de Gênero - Unicamp
www.unicamp.br/pagu

A Antropologia no executivo: limites e perspectivas*

Barbara Musumeci Soares**

Eu gostaria de expor nesta apresentação uma reflexão sobre a incomensurabilidade das lógicas que regem o trabalho interpretativo e sua aplicação no âmbito da experiência executiva.

Devo, primeiramente, desculpar-me por apresentar a reflexão na primeira pessoa e por colocar-me no foco deste exercício reflexivo. Entretanto, como ele resultou de uma experiência pessoal e refere-se exatamente ao domínio da experiência, me pareceria artificial apresentá-la de outro modo.

Para uma antropóloga, treinada no ofício da observação e na arte de combinar e recombinar idéias e conceitos, a participação, como executiva, em um projeto de reformulação das políticas de segurança trouxe imensos desafios pessoais e intelectuais. Como pesquisadora, minha contribuição na área da segurança resumia-se a análises críticas das políticas públicas e a sugestões de procedimentos. As responsabilidades limitavam-se à esfera da coerência interna das propostas, da correção dos dados apresentados e da observância dos prazos estipulados pelos órgãos financiadores.

Como colaboradora, em 1998, da campanha eleitoral do então candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, tive a oportunidade de elaborar o projeto

* Agradeço à Fundação Ford e ao Instituto Vera de Justiça pelo apoio, que tornou possível a elaboração desse texto.

** Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

de uma política para o enfrentamento da violência de gênero. Ao assumir, como parte da equipe coordenada por Luiz Eduardo Soares, na Secretaria de Estado de Segurança Pública, o cargo de subsecretária adjunta, passei da situação de observadora e proponente de políticas públicas à condição de responsável pela implantação do programa estadual de segurança da mulher. Durante um ano e três meses, junto com duas assistentes¹, trabalhei incessantemente para transformar em realidade os projetos anunciados na campanha. Posso dizer que tivemos algum sucesso, ainda que as condições fossem as piores possíveis: nenhum orçamento disponível, a resistência dos policiais a todos os projetos da nova subsecretaria liderada por Luiz Eduardo, a tradicional indiferença ao problema da violência doméstica e boicotes de toda ordem, sem falar nas ameaças de morte, que como esposa e colaboradora do novo subsecretário passei, por extensão, a receber.

Os desafios eram diários: solucionar emergências, enfrentar a máquina burocrática do estado, lidar com a mídia, decodificar a gramática dos jogos políticos, descobrir os meios para solucionar as demandas de pessoas, grupos e movimentos organizados e desfazer, sem podar esperanças, as expectativas irrealistas de policiais e lideranças comunitárias sobre meu próprio poder de interferir nos rumos da política. Como representante do governo do estado, onde quer que eu fosse, ouvia pedidos, queixas e reclamações que ultrapassavam inteiramente meu poder de intervir e, naquele momento, transcendiam até as possibilidades de intervenção do próprio governo. O que eu procurava fazer, nesses casos, era aliar-me às pessoas ou grupos que vocalizavam tais demandas para, junto(a)s, buscarmos soluções alternativas, que, normalmente, envolviam a participação de diversas agências, não apenas o Estado. Enquanto isso, com minha equipe procurava emplacar

¹ Marisa Chaves Gasparly e Iara Ilgenfritz.

nossos projetos, superando os obstáculos financeiros e políticos e apostando na possibilidade de que as iniciativas desenvolvidas em parceria com as organizações não governamentais sobrevivessem às intempéries políticas que já se renunciavam desde o início da nossa gestão. Com esse espírito, desenvolvemos vários projetos no curto período em que estivemos no governo: alguns se perderam, quando toda a equipe da Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania abandonou o governo em solidariedade a Luiz Eduardo, demitido em março de 2000.

Outros continuaram a se desenvolver fora do âmbito governamental e, graças à persistência de seus gerenciadores, tendem a se consolidar e a se expandir².

² A primeira das nossas iniciativas foi a formação da COMISSÃO DE SEGURANÇA DA MULHER. Criada com o propósito de apoiar a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, na definição e implementação das políticas orientadas para a segurança da mulher, essa comissão, da qual me tornei presidenta, era composta por nove mulheres e reunia profissionais oriundas dos poderes públicos, de movimentos sociais e de organizações não governamentais. Durante o ano de 1999 e até março de 2000 nos reunimos regularmente para definir metas, planejar iniciativas, avaliar o andamento dos projetos e reformular estratégias. Quando saí do governo, a comissão solidariamente se dissolveu e luta, até hoje, para se reorganizar em novas bases. Um dos nossos mais importantes projetos, no qual aplicamos grande parte das nossas energias, foi a construção de CASAS-ABRIGO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO DOMÉSTICO. Investimos na formação de três casas (uma na Baixada Fluminense, outra na cidade do Rio e outra em município próximo ao Rio) para oferecer refúgio seguro às mulheres vítimas de violência e seus dependentes, além de apoio psicológico, jurídico e social. Ao deixarmos o governo, havíamos conseguido o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a construção de um dos abrigos (além de quatro delegacias de atendimento à mulher) e os terrenos para que fossem construídos. As plantas e os projetos de execução, já adiantados, aguardavam o desenlace dos obstáculos burocráticos que impediam o início das obras. Desde o início do nosso trabalho na Secretaria de Segurança, investimos também na QUALIFICAÇÃO DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES. Como ponto de partida de um projeto de aperfeiçoamento

Naqueles dias, transitávamos por mundos e classes sociais diametralmente opostos: passávamos facilmente das cerimônias oficiais para as celebrações precisas e ruidosas da

contínuo, a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania promoveu o treinamento de todos os policiais das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, em parceria com a CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Intervenção e Ação), que executou o projeto, e com o CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher). Além disso, 3.500 policiais militares receberam aulas sobre violência de gênero. Para ajudar as mulheres a vencer o medo e a vergonha que as impedem de conseguir ajuda profissional, criamos o DD-MULHER, em parceria com o Disque-Denúncia do Rio de Janeiro. Um serviço telefônico especializado no atendimento anônimo às mulheres em situação de violência, preparado para oferecer escuta profissional e solidária às vítimas de abuso físico, psicológico e sexual. Com relação aos autores de violência, iniciamos, em parceria com o Instituto NOOS e o PROMUNDO, o projeto CEARH - CENTRO DE ATENÇÃO E REFERÊNCIA PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA, pelo qual seriam desenvolvidos, com apoio do Estado, grupos de reflexão e responsabilização para os homens que agredissem suas mulheres, além de programas de prevenção da violência intrafamiliar e de formação de agentes multiplicadores. O projeto, implantado em caráter experimental nas dependências do CEDIM e do Instituto NOOS, complementava o programa que desenvolvíamos junto aos Juizados Especiais Criminais, de APLICAÇÃO DE PENAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS PARA OS PERPETRADORES DE VIOLÊNCIA. Embora sem a parceria do governo do Estado, nossos parceiros continuaram o trabalho com apoio de outras agências. Com o propósito de suprir, em curto prazo, a carência de recursos disponíveis para as vítimas da violência criamos, em parceria com a Organização "Ser Mulher", a REDE MULTIPROFISSIONAL DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. Em março de 2000, havíamos reunido cerca de 150 pessoas e instituições dispostas a oferecer seus serviços voluntariamente ou semi-voluntariamente. Além de expandir e diversificar os recursos disponíveis para as mulheres vitimadas, a rede multiprofissional tinha o objetivo de integrar e dar suporte às instituições especializadas no atendimento a vítimas e agressores. Finalmente, elaboramos pesquisas, produzimos manuais, folhetos e cartazes informativos, organizamos seminários, treinamos diversas equipes profissionais, participamos de cursos, palestras, conferências e atravessamos o estado, em apoio às iniciativas dos vários municípios que se mobilizavam para desenvolver programas contra a violência.

Polícia Militar ou de uma recepção palaciana à realeza sueca para as ruelas estreitas e tortuosas de uma favela; recebíamos as mais diferentes pessoas e organizações que nos procuravam na Secretaria de Segurança; percorríamos municípios da Baixada Fluminense e do interior do Estado, em conversas com prefeitos, vereadores e líderes comunitários; falávamos para os mais variados públicos e platéias; visitávamos juizados, delegacias, carceragens e penitenciárias e, algumas vezes, enfrentávamos situações embaraçosas – como os vários discursos que tive de improvisar ou a pregação que fui levada a fazer para cerca de três mil fiéis de uma Igreja Universal do Reino de Deus. Logo percebi que, como subsecretária adjunta de segurança pública, eu viveria minha maior e mais rica experiência antropológica.

Por outro lado, a necessidade de responder de forma pragmática às demandas cotidianas me distanciou, muitas vezes, dos ensinamentos aprendidos nos bancos da universidade. Se minha formação como cientista social me ajudava a perceber, de um ângulo privilegiado, os fatos, as dinâmicas, as relações e as concepções dos diversos atores com quem dialogávamos, ela comprometia, por outro lado, a convicção necessária à tomada de decisões, inoculando dúvida e distanciamento crítico quando era imperioso fazer escolhas e adotar posições inequívocas. Durante anos, eu fora treinada para a tarefa de captar contradições entre idéias, detectar tensões entre conceitos e analisar conflitos entre entidades abstratas. Nesse processo, construí um superego antropológico que me impunha o constante estranhamento do que parecia familiar e me alertava para a precariedade dos esforços interpretativos, sempre parciais e limitados pelas opções que necessariamente os antecedem e os condicionam. Aprendi, assim, a resistir ao encanto das soluções teóricas definitivas e à sedução dos grandes modelos explicativos. A incompletude tornou-se, então, uma espécie de recurso virtuoso da reflexão

autoconsciente de seus limites e, por isso mesmo, sempre aberta à aventura crítica.

Nas funções executivas, me vi no papel de administrar conflitos reais, de dar respostas práticas ao sofrimento encarnado em pessoas concretas e de usar instrumentalmente as noções e conceitos com o objetivo claro de transformar comportamentos. Nessas circunstâncias, não havia espaço para elocubrações analíticas e sutilezas teóricas. As escolhas, práticas ou conceituais, tinham de ser levadas às últimas conseqüências, sem a sombra da hesitação crítica que alimenta e fortalece o exercício reflexivo. No terreno das decisões pragmáticas não há lugar para a retórica interrogativa, para a convivência pacífica de conceitos em tensão, ou para soluções tão mais precisas quanto mais capazes de expressar suas próprias limitações. Nesse caso, para que a ação e o pensamento prático sejam possíveis é indispensável comprometer-se integralmente com as opções adotadas, ainda que correndo, muitas vezes, o risco da simplificação e da generalização reificadora.

Não porque o que estou chamando de mundo prático seja em si mesmo menos sofisticado e complexo ou porque meus interlocutores fossem primitivos e pré-lógicos (embora alguns passassem, de fato, essa impressão). O que quero dizer é que independentemente do grau de complexidade e sofisticação das pessoas ou situações com que se está lidando, o combustível que alimenta e faz funcionar a engrenagem da prática é exatamente a decisão que exclui, virtualmente, todas as suas alternativas. Para mover pessoas e coisas é necessário suspender a consciência de que o olhar analítico está inexoravelmente fissurado pelo compromisso com seus pressupostos e apostar no que é relativo, parcial, fragmentário e provisório, como se fosse uma manifestação do absoluto. A diferença, nesse caso, é que embora a consciência dos limites de cada escolha não seja automaticamente abolida pela decisão pragmática, essa consciência não trás nenhuma contribuição

positiva ao processo em que as escolhas são incorporadas. Pelo contrário, se for aguçada como requer o pensamento crítico, acabará por produzir uma completa paralisia.

Certas situações que vivi na Secretaria de Segurança eram tão ricas e se ofereciam de forma tão sedutora a um olhar analítico que era difícil resistir à tentação de sacar do bolso o caderno de campo e registrar os discursos, categorias, jogos interativos e estratégias simbólicas que meus interlocutores encenavam diante dos meus olhos. Muitas vezes, nossos encontros e reuniões pareciam verdadeiras amostras compactadas de um trabalho de campo, com a vantagem de funcionarem sem a interferência incômoda do observador. Como antropóloga, eu realizava assim a fantasia de estar presente, porém invisível, como se observasse as cenas de uma câmara secreta. O fato de eu desempenhar, naquelas situações, o papel da autoridade, era ainda mais revelador, pois como personagem da cena que observava, eu ia tinha o privilégio de conhecer pela própria experiência, a gramática utilizada por certos grupos, na relação com o que eles consideravam ser uma representante do poder.

Algumas vezes, quando me reunia com policiais, líderes comunitários, profissionais, voluntários ou grupos organizados que falavam em nome de suas comunidades ou corporações, eu escutava atentamente as propostas e as demandas, mas não conseguia perder de vista o sub-texto que emergia livremente dos discursos e das ações de meus interlocutores. De várias formas eles expressavam suas visões sobre violência, família, sociedade, comunidade e sobre a função do Estado e da sociedade civil no enfrentamento da violência; definiam e redefiniam seus próprios papéis como profissionais e representantes comunitários, em função das expectativas geradas pelo nosso diálogo; desenhavam o mapa das alianças que instituíam grupos, sub-grupos e facções rivais; discutiam e descartavam categorias; naturalizavam outras que, consciente

ou inconscientemente, determinavam o curso de suas ações e disputavam a primazia da verdadeira representatividade comunitária ou do discurso legítimo sobre a violência de gênero. Afortunadamente, eu pude observar vários desses processos sendo vividos em tempo real. Se não fosse um termo tão perigoso naquele ambiente policial, eu diria ter encontrado ali meus melhores informantes.

Mas, sempre que me entretinha observando formações conceituais, estruturas de plausibilidade, feixes de significados, ambigüidades e tensões constitutivas dos discursos e das práticas de meus interlocutores, lembrava-me subitamente de meus compromissos profissionais como subsecretária adjunta: era preciso dar respostas precisas às demandas, solucionar as disputas, negar ou aceitar as propostas, definir caminhos, avaliar os procedimentos e oferecer alternativas aos problemas enunciados. Era hora de abrir mão da invisibilidade, sem contar, no entanto, com as prerrogativas de pesquisadora, que me assegurariam o direito ao silêncio e à suposta neutralidade do posto de observação. Era hora de começar a me expor, de fazer as escolhas, de manifestar idéias e propósitos e de atribuir às categorias os significados que as transformariam em instrumentos da ação.

Entre as expressões e categorias que circulam nos encontros, reuniões, seminários e conversas informais, algumas têm pouca expressividade e pequeno potencial mobilizador. Cumprem pacificamente sua função descritiva e apenas ajudam a consolidar o vocabulário que conforma um campo político e profissional comum. É o caso, por exemplo, da noção de estupro que, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, no Brasil permanece inteiramente acoplada à definição do Código Penal. Outras categorias, como as referentes aos papéis de vítimas e agressores, possuem alto teor conflitivo e são capazes de fomentar verdadeiras batalhas conceituais.

A palavra "vítima" fez parte do arsenal utilizado pelos movimentos feministas, nos anos 70 e 80, para trazer à tona o tema da violência de gênero. Como sugeri em meu livro *Mulheres Invisíveis*³, ao mesmo tempo em que o fenômeno da violência contra a mulher ia sendo revelado, desenvolvia-se também seu próprio processo de construção, na medida em que se configuravam seus personagens e os contornos que o identificariam como uma problemática específica. Quero dizer que ao mesmo tempo em que as atrocidades perpetradas no mundo privado ganhavam as folhas dos noticiários e sua magnitude chegava ao conhecimento público, velhas práticas e comportamentos eram revestidos de novos significados e incorporados ao repertório da violência contra a mulher, que, assim, consolidava-se como fenômeno e se legitimava como um domínio político e, mais tarde, um campo profissional. Nesse contexto, a idéia de vitimização era um instrumento de afirmação da nova problemática e das posições dos personagens que a constituíam. As agressões cometidas por um homem contra sua esposa não podiam mais ser vistas como expressão de idiosincrasias individuais ou conjugais, mas sim como a peça de uma engrenagem social que se ancorava na relação entre opressores e oprimidos. Mais do que isso: era preciso definir politicamente essa violência como um crime que exigia punição. Demarcar com todo o rigor a fronteira que separava inocentes de culpados, vítimas de agressores e superpor essa demarcação ao recorte de gênero era quase uma necessidade lógica, pois essas distinções eram, em certa medida, instauradoras da problemática que se queria denunciar.

Três décadas se passaram desde que a violência contra a mulher foi incorporada à constelação dos problemas sociais

³ SOARES, B. M. *Mulheres Invisíveis - violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

capazes de mobilizar governos e organizações civis. Nos anos 90, a noção do que seria a violência contra a mulher já se havia ampliado, adquirindo outros significados que transcendiam os limites das agressões físicas e sexuais. As fronteiras que definiam o lugar de vítimas e agressores já não eram tão rigidamente acopladas ao recorte de gênero e novas formas de abuso haviam sido incorporadas às dinâmicas da violência doméstica e sexual⁴, como o abuso emocional, o abuso econômico e o assédio sexual, a perseguição e o isolamento social, para não falar do estupro, cuja definição sofreu, em alguns países, uma expansão considerável. Nos Estados Unidos, onde o tema alcançou enorme visibilidade e o tratamento que lhe foi conferido serviu de modelo para vários países, as pesquisas se multiplicaram e o acúmulo de experiências nessa área propiciou o refinamento dos debates. No final da última década, as disputas acaloradas foram se tornando menos emocionais e dando lugar a um diálogo mais enriquecedor entre as feministas, que atribuíam as causas da violência doméstica exclusivamente às relações de gênero e os que localizavam a fonte dessa violência nas estruturas familiar e social⁵. A própria idéia de vitimização, tão enfatizada em períodos anteriores, foi se revelando uma faca de dois gumes: se, por um lado, essa noção contribuía para as teses feministas de que a violência era apenas um instrumento de poder e controle dos homens sobre as mulheres, ela comprometia, por outro lado, o processo de fortalecimento, entendido como condição necessária para romper a situação de violência.

⁴ Embora a violência sexual se dê, com frequência, no âmbito da violência doméstica, estou artificialmente distinguindo as duas categorias para identificar os casos de violência perpetrados fora da esfera familiar. A expressão “Violência contra a Mulher” refere-se às modalidades de violência intra e extra-familiar.

⁵ Em *Mulheres Invisíveis...* desenvolvo detalhadamente uma análise desse debate. Ver também Susan Schechter, comunicação pessoal.

Afirmar-se vítima poderia ser um bom recurso para evitar a tendência generalizada a culpar as mulheres pela violência sofrida, mas acabava representando uma camisa-de-força, já que as aprisionava na situação de passividade. Claramente, a mobilização em torno da violência contra a mulher apontava, nos Estados Unidos, para um processo, que chamei em meu livro, de “vitimização afirmativa”, segundo o qual as vítimas passaram a ser produtoras de um discurso próprio, fundado na experiência vivida, e começaram a assumir uma posição ativa nos movimentos para enfrentar a violência contra a mulher. Não por acaso, o termo vítima foi sendo substituído, em algumas esferas pela palavra “sobrevivente”. Mesmo no Brasil, onde não se construiu ainda um espaço efetivo para que as mulheres vitimadas superem a condição de apassivamento a que nós profissionais as condenamos, há quem prefira utilizar a expressão “mulheres em situação de violência” em vez de “vítima”. Essa expressão teria o mérito de indicar uma diferenciação menos absoluta dos papéis de vítima e agressor e de sugerir um cenário mais rico do que simplesmente o do controle e da opressão masculinas. Além disso, ajudaria a chamar a atenção para o fato de a violência doméstica ser um processo muito mais complexo do que os episódios esporádicos de agressão física com que tem sido confundida. Ainda que sem descartar inteiramente o modelo da violência de gênero, que pode funcionar como um tipo-ideal plausível e consistente, já não é mais possível, nos dias de hoje, desconsiderar a complexidade das dinâmicas que envolvem a violência praticada no mundo privado, assim como a diversidade de significados, contextos, intensidades e personagens que ocupam a cena. A própria noção de violência contra a mulher, nesse cenário, acaba sendo permeada por ambigüidades que exigem sua relativização.

Porem, todo esse debate, fundamental para o pesquisador ou pesquisadora, tinha pouca utilidade, quando se tratava de

planejar iniciativas, lidar com financiadores, escolher parceiros, treinar técnicos, voluntários e policiais e até mesmo de definir se no foco das nossas iniciativas estaria a mulher, como vítima por excelência das agressões masculinas, ou se toda a família, na qual as várias formas de violência florescem em múltiplas direções. Nesses momentos, o superego antropológico apenas atrapalhava as escolhas determinadas por fatores eminentemente práticos e políticos, e punha em risco os frágeis canais de comunicação que representavam nossa esperança de transformação.

No caso do treinamento de policiais, por exemplo, a missão era clara e espinhosa. Sonhávamos mudar a forma como o(a)s policiais tratavam (e tratam) as mulheres, substituindo a indiferença, o desrespeito e a descortesia habituais por uma atenção profissional e solidária. Parecia simples, mas não era. Nesse caso, para alterar as práticas fazia-se necessário interferir no plano das concepções e enfrentar pelo menos o mais resistente dos obstáculos ao bom atendimento: o preconceito. Diante das turmas de policiais a quem me cabia apresentar a problemática da violência contra mulheres, era preciso optar por uma interpretação. Só havia, nesse caso, um caminho possível: enfatizar a idéia da vitimização feminina para convencê-los de que as mulheres não apanham porque gostam, não são estupradas por terem instigado o estuprador e não permanecem por meses ou anos com seus agressores por ignorância ou por serem desavergonhadas. Embora absurdas, estas são ainda as idéias que orientam a atuação de muitos agentes de polícia, mesmo nas delegacias da mulher onde, supostamente, se deveria oferecer um tratamento mais respeitoso às vítimas.

Nesse contexto, de que valeria lembrar a violência entre casais homossexuais, femininos ou masculinos, repetir o fato de as mulheres serem predominantemente as agressoras, quando se trata de violência contra crianças ou destacar a existência de um número considerável de mulheres que agridem

unilateralmente seus maridos? De que serviria analisar a complexidade das dinâmicas psicológicas que estão na base das mais variadas situações de violência ou ressaltar diferenças culturais, no que diz respeito à própria definição do que seja violência e aos níveis de tolerância em relação a práticas violentas? Em que poderia ser útil, quando estava em jogo construir um sistema de segurança para a mulher, chamar a atenção para a fragilidade dos modelos explicativos e das descrições da violência que serviriam de base para nossas iniciativas?

O mais grave é que não só os agentes de polícia operam sobre o pano de fundo do preconceito. Como cidadãos, eles apenas expressam na linguagem policial o espírito que atravessa toda a nossa sociedade. Por isso, infelizmente, as mulheres em situação de violência também são tratadas de forma inapropriada por juízes, promotores, profissionais da saúde, por seus amigos e familiares e, embora com menos frequência, até pelos profissionais que as atendem nos abrigos e centros de atendimento especializados. O problema, a meu ver, é a conjugação dos clássicos estereótipos sobre os papéis de gênero e sobre as relações conjugais, a uma enorme desinformação sobre as dinâmicas da violência doméstica. O resultado é que, diante da incapacidade dos profissionais de compreender-lhes o comportamento, as mulheres vitimadas tendem a se recolher. Forma-se, assim, um círculo vicioso: elas não procuram ajuda porque não encontram pessoas capazes de compreendê-las e de fato ajudá-las e são acusadas, por isso, de não quererem sair da situação de violência. Em outras palavras, as vítimas permanecem sofrendo porque não conseguem o apoio necessário para sustar a violência e os profissionais que deveriam apoiá-las acabam por repeli-las, dada sua dificuldade de compreender o cerne do problema que as aflige. Como, sobretudo nos casos de violência conjugal, elas freqüentemente renunciam ao direito de denunciar seus agressores e voltam

para o convívio do parceiro violento, acabam sendo vistas e tratadas como responsáveis pela situação em que se encontram. Sem entender que as hesitações, os recuos e as ambigüidades são reações típicas de quem vive em situação de violência crônica e que é exatamente para vencer essas dificuldade que elas precisam de apoio qualificado, esses profissionais costumam interpretar o comportamento das vítimas como desejo de servidão, misturado a uma certa indignação moral e acrescido de intrínseca rebeldia contra as regras do mundo legal. Eles não vêem que o drama da violência doméstica é precisamente esse: ela é crônica, recorrente e aprisionante; ela abala a autonomia da vítima e destrói-lhe a auto-estima e a capacidade de tomar decisões; ela se toma, para a vítima, extremamente ameaçadora, a ponto de paralisar suas iniciativas, e se dá, em muitos casos, associada a outros problemas graves, como a pobreza, a drogadição, a violência familiar e a violência social. Por isso, torna-se tão grave, tão arriscada e dificilmente superável sem a intervenção profissional, seja de policiais, psicólogos, assistentes sociais, advogados, juízes ou promotores.

É claro que a descrição que acabo de fazer será sempre uma generalização, mesmo que eu tome o cuidado de dizer que estou falando apenas de um tipo-ideal de vítima, que provavelmente não chega a se atualizar plenamente em nenhuma mulher real. O problema persiste. Do ponto de vista analítico, a descrição atropela a complexidade dos cenários possíveis, como toda generalização, ainda que venha cercada das ressalvas costumeiras. Da perspectiva prática, de nada serve ajustar os conceitos em sintonia fina, pois a solução possível no plano da retórica não ajudará a respaldar a melhor escolha ou a decisão mais correta. Em resumo, a interpretação transita facilmente pelas ambigüidades e inconsistências do mundo prático porque suporta, desde que claramente explicitados, os limites de seu próprio esforço em apreendê-lo.

É dessa forma que ela se enriquece. Por sua vez, a aplicação prática dos esforços interpretativos não admite a incompletude e deve expurgar de seus horizontes a dúvida e a autoconsciência crítica para viver a plenitude de suas potencialidades. É dessa forma, paradoxalmente, que ela se complexifica. O que importa, no final das contas, é que uma determinada generalização pode, no limite, salvar vidas, na medida em que, sendo plausível e consistente, ainda que infiel às múltiplas possibilidades do real, se contraponha a generalizações preconceituosas, que alimentam o desprezo negligente pelas centenas de milhares de mulheres que ainda vivem hoje em situação de violência.